



## **Esboço sobre a relação entre Estado e corpo na literatura escrita por mulheres**

**Arieli Januzzi Buttarello**

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Doutoranda em Sociologia

ariellibuttarello@hotmail.com

**Murilo Leite Pereira Neto**

Universidade do Estado de Minas Gerais

Doutor em Direito

murilo.neto@uemg.br

**Resumo:** Esse texto trata de aproximar obras literárias de quatro autoras que, apesar de distâncias espaciais, temporais e quanto aos modos de abordagem temática, são analisadas pelo viés de seus interesses em retratar camadas da vulnerabilidade humana e social. Ao relacionar escritos de Annie Ernaux (1940–), Mary Shelley (1797 – 1851), Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977) e Rachel de Queiroz (1910 – 2003), o artigo reflete sobre a afetação das construções sociais e culturais nas escolhas estatais e na existência biológica e social dos indivíduos. No texto, há análises de cunho filosófico e sociológico que consideram os elementos que orbitam a condição de vulnerabilidade, como os marcadores sociais de interseccionalidade. Ao considerar os causadores de desigualdades retratados nas obras das autoras, foi possível refletir sobre outras vias de compreender a sociedade, conformada pelo exercício do poder do Estado, além da compreensão estritamente teórica hegemônica.

**Palavras-chave:** Mulheres escritoras; Feminismo; Interseccionalidade; Biopolítica.

### **1 Considerações iniciais**

O texto a seguir emergiu de nossa participação em um Círculo de Leitura, promovido por um docente do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no campus de Ituiutaba. As leituras basearam-se na temática “Lendo mulheres” e quatro obras foram debatidas nos encontros, a saber: “O acontecimento” (1963), de autoria da francesa Annie Ernaux; “Frankenstein” (1818), da autora britânica Mary Shelley, “Quarto de

despejo” (1960), da brasileira Carolina Maria de Jesus, e “O quinze” (1930), da também brasileira Rachel de Queiroz.

Em referência ao nome do Círculo de Leitura, “Penélope”<sup>1</sup>, a incorporação do processo de fazer e desfazer está posto neste texto; pois é esse o ritmo da elaboração filosófica e científica. Assim, há “fios” que entrelaçam todas as obras analisadas, mas que podem ser desfeitos e refeitos conforme avançam os esforços intelectuais e a depender das questões que o público leitor lança sobre as obras a cada debruçar-se sobre elas. Neste trabalho, abraçamos a fundamental noção de sistema literário, grande contribuição da inteligência brasileira para os estudos literários. Na obra “Formação da literatura brasileira”, Antonio Candido (1993, p. 18) consagra a importância do público leitor quando conceitua literatura como um sistema triangular articulado em obra-autor-público, portanto, literatura não consiste em manifestações isoladas nem se reduz às obras e seus autores. Segundo o crítico, literatura é um “sistema literário”, no qual o público ingressa como parte constitutiva, ao lado da obra e do(a) autor(a). No espaço desse texto, apresentaremos alguns elementos contributivos para arar um solo de possibilidades analíticas das literaturas para que possa ser, posteriormente, fertilizado.

Uma das características do trabalho intelectual possibilitado pelo Círculo de Leitura Penélope foi a percepção de que apesar da distância entre todas as autoras, em relação ao tempo e ao espaço e aos seus modos de abordar as camadas da vulnerabilidade humana e social, as proximidades são causadas exatamente por essa abordagem: a vulnerabilidade humana e social é temática tanto universal quanto específica, desde a Modernidade e suas consequências. Assim, ao mesmo tempo que as aproximamos, buscamos destacar características únicas que se dão na mistura entre autora e produto.

Os objetivos do texto são tessituras entre as obras, embora reconheçamos as dificuldades de tal empreendimento. Primeiro, aproximamos Mary Shelley de Rachel de Queiroz e as uno por suas abordagens de exclusão social; em seguida, Rachel de Queiroz caminhará com Carolina Maria de Jesus, unidas pela abordagem da fome e dos questionamentos sobre grupos vulneráveis. Depois, à quatro mãos, Carolina Maria de Jesus e Annie Ernaux destacarão diferentes docilizações e seus *lócus* diferenciados pela cor de pele, neste ponto, emergirão, também, questões relativas à interseccionalidade<sup>2</sup>, portanto, conforme ensina

---

<sup>1</sup> Penélope, representada em “Odisseia” de Homero, cuja composição data do século IX a.C., foi a esposa de Ulisses e esperou ao longo de 20 anos por seu retorno da Guerra de Tróia. Na ausência de Ulisses, por três anos, Penélope enganou os seus pretendentes, pois prometia escolher um deles quando concluísse “o sudário fino de Laerte” (Homero, p. 45, 2014, canto II, 95-100) que ela mesma, com esperteza, desmanchava.

<sup>2</sup> Temos plena consciência da diversidade de abordagens que a questão da interseccionalidade possibilita e ainda mais do volume de discussões que tem mobilizado nos últimos anos (Cf. Davis, 2016; Hollanda, 2019; Collins;

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p. 48), com esse termo enlaçamos “seis ideias centrais [...]: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade”, bem como pretendemos fazer um uso heurístico de ‘raça, classe e gênero’” (Collins, 2022, p. 62). Por fim, com tal esforço, tentamos demonstrar que o elemento que une todas as obras é a reflexão sobre a tentativa de negar o poder de escolha, que perpassa os corpos através da intervenção do Estado.

Embora tal intervenção impositiva seja universalizada nas sociedades estatais ocidentais, há intensidades de suas influências a depender de características corporais, como o sexo biológico e a cor de pele, e de características simbólicas, como o pertencimento às classes sociais. A relação entre o poder estatal e tais características delineiam a reciprocidade entre a materialidade e o simbólico, que consideramos como aporte básico para as reflexões aqui expostas.

No livro “O acontecimento”, publicado no ano 2000, no Brasil, e originalmente em 1963 em Paris, na França, sob o título “*L'événement*”, Annie Ernaux narra memórias das vivências registradas em diário pessoal, dos tempos em que buscou realizar um aborto, concretizado nos tempos de ilegalidade do ato na França<sup>3</sup>. A obra é um relato introspectivo e crítico sobre os desafios enfrentados pela autora para lidar com a situação e as consequências sociais e emocionais desse processo. A partir da técnica de escrita autobiográfica<sup>4</sup> (autoficção ou escrita de si), “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (Lejeune, 2014, p. 16), a autora aborda temáticas centrais como a hierarquia das classes sociais e a opressão de gênero, e como Estado e direito podem atuar no reconhecimento dessa hierarquia e opressão.

Em “Frankenstein” ou “O prometeu moderno”, publicado, na Inglaterra, anonimamente em 1818, e assinado por Mary Shelley apenas em 1823, a autora narra a história de um cientista que cria um ser vivo a partir de partes de corpos mortos e as trágicas consequências advindas da vingança realizada pela criatura, sem nome próprio, por conta do descaso do seu criador. Encarado por muitos como um romance gótico, o livro lida com temáticas, mais aparentes, como a ambição desmedida, ética científica e isolamento social.

---

Bilge, 2020; Collins, 2019; 2022; 2024), por isso, não é nosso objetivo realizar uma discussão acerca do estatuto teórico e dos diversos usos desse conceito.

<sup>3</sup> O aborto foi legalizado na França em janeiro de 1975, após longos anos de luta feminista que culmina no discurso histórico de Simone Veil, Ministra da Saúde, em novembro de 1974 (Veil, 2019).

<sup>4</sup> Não podemos negligenciar um amplo campo de estudos e reflexões, por isso, a quem pretenda adentrar o tema, cf. Lejeune (2014), Gomes (2004), Faedrich (2022), Klinger (2024), Figueiredo (2013) e Rago (2013).

Em “Quarto de despejo”, diários da vida de Carolina Maria de Jesus, publicados em 1960, a autora narra suas experiências cotidianas, sendo uma mulher negra e pobre moradora de uma favela da cidade de São Paulo, no Brasil. Encontramos um olhar cru e realista sobre a pobreza, a desigualdade social e as condições de vida precarizadas devido à marginalização de sua figura. Com relatos sobre a fome e violências, a autora coloca-se entre a esperança de melhorar sua condição social e a ilusão de que a garantia do mínimo existencial para sua vida e de seus filhos seja apenas um sonho seu.

No livro “O quinze”, publicado em 1930, no Brasil, Rachel de Queiroz aborda os feitos devastadores da seca no Nordeste. Em uma narrativa denominada como romance realista, a autora ambienta sua história seguindo a trajetória de uma família que enfrenta a miséria, a fome e o deslocamento forçado devido à seca do ano 1915. Algumas das temáticas que analisamos no livro condizem à resistência frente às adversidades, sobrevivência e esperança.

## **2 Sobre incapacidades e exclusões sociais: os fios que ligam Mary Shelley e Rachel de Queiroz**

Em busca de refletir acerca de aspectos que marcam o lugar social da autoria de uma obra, utilizamos as histórias ficcionais contadas em “Frankenstein” e “O quinze” para trazer apontamentos acerca dos olhares das autoras sobre o mundo. Em ambas as obras, o elemento de escolha de ações ou omissões, intermediadas por políticas do Estado, que afetam os modos de existências dos indivíduos, marca a interpretação que costuramos neste texto: em “Frankenstein”, há marcadores de exclusão de classe social, e, em “O quinze”, encontramos marcadores de exclusão geográfica. Há, também, marcadores de exclusão de gênero e seus diferenciadores.

Mary Shelley, em sua obra, aborda elementos que questionam ideais de racionalidade bastante característicos de sua época e que marcam, na verdade, a história de racionalização do Ocidente, liberal e iluminista, que, como vagalumes, se viu muitas vezes atordoado pelas luzes artificiais do progresso e do discurso que faz sua apologia. Sua mãe, Mary Wollstonecraft (1759 - 1797), autora de “*A vindication of the rights of woman*” (1792), havia aberto um caminho de críticas aos ideais de humanidade que vinculavam o corpo do homem às estruturas de direito e capacidade intelectual; negando às mulheres tais características. Wollstonecraft (2016) rejeita as defesas filosóficas de menor inteligência às mulheres, maior

controle sobre suas condutas e, conseqüentemente, menos autonomia em comparação aos homens. Citamos:

Acusem-me de arrogância; ainda assim, declaro acreditar firmemente que todos os escritores que têm tratado do tema da educação e das maneiras femininas, desde Rousseau até o dr. Gregory, têm contribuído para tornar as mulheres mais artificiais e de caráter mais fraco do que elas realmente são; e, conseqüentemente, membros mais inúteis da sociedade (Wollstonecraft, 2016, p. 46).

Como nos insultam grosseiramente aqueles que assim nos aconselham a nos tornarmos dóceis animais domésticos! Por exemplo, a cativante doçura, tão calorosa e frequentemente recomendada, que domina mediante a obediência [...] me parece que os homens agem de maneira muito pouco filosófica quando tentam assegurar a boa conduta das mulheres, tratando de mantê-las sempre em um estado infantil. Rousseau foi mais consistente quando desejou deter o progresso da razão em ambos os sexos, porque, se os homens provarem os frutos da árvore do conhecimento, as mulheres poderão vir a prová-los; mas, do cultivo imperfeito que recebe agora seu intelecto, elas obtêm apenas o conhecimento do mal (Wollstonecraft, 2016, p. 44).

Não seria demais considerar a influência do pensamento materno em Mary Shelley, que o incorporou em seus escritos, ao se preocupar com o progresso científico dominado por homens, como detalharemos a seguir. As concepções de inferioridade intelectual das mulheres impactaram, também, a própria autora. A autoria de “Frankenstein” foi, e ainda é, objeto de questionamentos<sup>5</sup>, estimulados pelo fato da primeira publicação de “Frankenstein” ter ocorrido sem seu nome, sendo conferida “ao anonimato”. Há quem defenda que a criatividade posta na obra vinha de seu marido, o poeta Percy Bysshe Shelley<sup>6</sup>.

O espectro da lógica de Mary Wollstonecraft está presente na abordagem de Mary Shelley através de um ponto específico de sua narrativa: as personagens mulheres aparecem na história para serem silenciadas, sem direitos e como objetos do desejo e da proteção masculina. A criação científica é feita por um homem (Dr. Victor Frankenstein), que é o centro da ficção, e o compartilhamento de seu relato é destinado a escuta de outro homem (Robert Walton). As mulheres, próximas a Victor por laços afetivos, verdadeiros (como Justine, esposa de seu irmão que foi vítima da criatura) ou por cumprimento social de *status* (como sua esposa Elizabeth, já

---

<sup>5</sup> Em Richard Miskolci (2011), o leitor encontrará uma boa síntese do debate que envolveu o questionamento da autoria de “Frankenstein”.

<sup>6</sup> A primeira publicação de “Frankenstein” teve o prefácio escrito por Percy Shelley, que levou às convicções de que a obra havia sido elaborada por ele. Embora atualmente haja hipóteses que defendam a autoria de Percy, são de perspectiva transgressora do sistema sexo-gênero e não reforçadora de estereótipo e estigmatização. Uma dessas análises pode ser encontrada em Lauristen (2007), que aborda a existência de códigos de desejos homossexuais na obra.

que seu casamento foi “arranjado”), não são figuras que debatem com Victor ou escutam seu relato: a elas não é destinado sequer o direito de escuta sobre a ciência, cabendo-lhes a função trágica da morte na narrativa, e morrem como objetos que deveriam ser protegidos por Frankenstein.

Ambas as mortes, de Justine (acusada e sentenciada pela morte de seu marido, assassinado pela criatura) e de Elizabeth (também morta pela criatura), poderiam ter sido evitadas se Victor não despersonalizasse a sua culpa ao alegar, em seu relato, que tais ocorrências se deram devido à autonomia da criatura. Victor não reflete nem sobre sua influência nos sentidos e sentimentos da criatura e nem sobre a possibilidade de impedir a morte das mulheres. Afinal, a escolha de manter em segredo a verdadeira causa da morte de seu irmão e a decisão de deixar Justine sozinha, mesmo diante da ameaça da criatura, são decisões de Victor que escondem sua responsabilidade e o impedem de evitar o apagamento dessas mulheres. Mary Shelley diz-nos tanto com isso, pois localiza e critica um mundo em que a racionalidade e o progresso (como o progresso científico) são dados como atributos da esfera masculina, que construiu o desenvolvimento científico de modo androcêntrico. Além disso, com arguta sensibilidade ética e científica, lança um forte ataque à noção de neutralidade na ciência: seriam as tais criaturas da ciência apenas singelos objetos imparciais fruto da descoberta de verdades igualmente imparciais, cuja relação com seus criadores é de inteira objetividade?<sup>7</sup>

Com base em estudos recentes que analisam relação recíproca entre ciência, sociedade e cultura, como encontramos em Bourdieu (2004), a ciência é uma construção social dada pelas relações de poder e os resultados científicos são moldados pelo ambiente social em que os cientistas estão inseridos. Podemos afirmar que Mary Shelley evidencia que Victor, ao se distanciar da culpabilização individual pelas mortes causadas por sua criação, centraliza a afirmação do desenvolvimento científico que se denomina impermeável aos contextos sociais. Assim, do mesmo modo que Victor autonomiza as desgraças dos atos da criatura, cientistas afirmam que as suas concepções de mundo não resultam do desenvolvimento autônomo da ciência, em si mesma, pura de interferências simbólicas. Mas, na obra de Mary Shelley, a criatura se volta contra seu criador, tornando-se incontrolável e destrutiva. Com “Frankenstein”,

---

<sup>7</sup> Talvez estejamos mais próximos da figura de utópicos invertidos, como chamou o grande crítico da Bomba Atômica Gunther Anders (2013). Segundo ele, nós chegamos a um estágio tão monstruoso das nossas capacidades produtivas que já não conseguimos conceber as consequências, os efeitos daquilo que produzimos. Enquanto os verdadeiros utópicos imaginavam um mundo que não podiam realizar, nós, utópicos invertidos, não conseguimos imaginar o mundo que podemos e que, de fato, produzimos.

refletimos que as qualidades do cientista não estão separadas das suas descobertas e dos seus produtos, a ciência pode ser misógina e machista ao ser influenciada, majoritariamente, por homens e por um mundo de homens. Isso se torna problemático nas sociedades modernas e desiguais, porque esse grupo está imbuído em símbolos e elementos que privilegiam seus corpos e mentes e os levam a manter o *status quo*.<sup>8</sup>

Além dessas considerações, a leitura de “Frankenstein”, no Círculo de Leitura, trouxe reflexões sobre a exclusão via classe social. Mary Shelley marca o afastamento de Victor Frankenstein, pertencente a uma família com *status* social, de certas responsabilidades sociais; enquanto a criatura, sem nome e identidade legal, é símbolo de exclusão social, que ocorre desde o momento de sua criação. A repulsa pelo corpo da criatura não se dá apenas por ser uma conjunção de partes mortas de outros corpos, mas principalmente por essas partes pertencerem a corpos “pobres”. Ao analisar a obra através dessa perspectiva de que as aparências determinam as interações humanas, Mary Shelley aproxima-se das discussões sobre o “valor” simbólico dos indivíduos, que dependem do pertencimento a determinados marcadores sociais.

Assim como Mary Shelley impressiona por sua produção na Inglaterra na década de 1810; Rachel de Queiroz, com apenas 19 anos, age similarmente no Brasil na década de 1930. Em “O quinze”, Rachel de Queiroz se preocupa com registros de sobrevivência da população nordestina, apontando a relação do sofrimento corporal e emocional com o provocado pelo descaso da superestrutura, ou seja, as ações e omissões do Estado. O termo “Nordeste”, como Buckley (2021) registra, emerge no vocabulário político, econômico, social e cultural fortemente relacionado à seca e à pobreza crônica, em um contexto de imaginário social vinculado a degeneração racial e ao atraso cultural de sua população.

O Nordeste, ao ser delineado por imagens de sofrimento, em torno de 1870, em oposição à abundância ocorrida pela exportação da borracha na Bacia Amazônica, carregou símbolos de inferioridade da vida sertaneja. Em adição, no final do século XIX e início do século XX, noções que entremeavam modernização com embranquecimento da população delegou ao grupo nordestino a resistência diante de tantas injustiças. A perspectiva de fortaleza do grupo, contrariamente às concepções falaciosas de deterioração da população brasileira, foi registrada a partir de um movimento cultural “regionalista”, pela elite nordestina, que no início

---

<sup>8</sup> Diversos são os exemplos na história da ciência que visaram frisar a desigualdade dos corpos como causas de consequências comportamentais maléficas. Um exemplo bem conhecido é a definição de histeria, realizada pelo psicanalista Sigmund Freud. Atualmente, há diversas autoras que contestam os atuais traços remanescentes dessas teorias, como Fine (2018) e Rohden (2008).

do século XX produziu diversas manifestações artísticas contrárias à hegemonia paulista e carioca do modernismo<sup>9</sup>.

“O quinze” representa a profundidade do que é ser humano em vulnerabilidade: as personagens do livro vivem entre sofrer e esperar (Freire, 2020), em intensidades diferentes a depender de suas posições sociais. Isso se evidencia por um contraste na narrativa, que por um lado apresenta a constante busca de Chico Bento (e Cordulina) em acreditar na possibilidade de melhoria da condição de vida, procurando algum lugar que lhe dê o básico para a sobrevivência e, por isso, enfrenta(m) inúmeras desgraças ao longo da narrativa, por ser(em) “retirante(s)”. Por outro lado, a partir das preocupações de Conceição, que se ocupa em sobreviver à desesperança do amor; e dos moradores de Quixadá, proprietários das terras, como Vicente e Dona Inácia, que, embora se preocupem com a seca e suas consequências, não sofrem do compadecimento da fome.

A depender da dificuldade de se manter alimentado, condição dependente da inserção a determinadas categorizações do sistema econômico, as preocupações de privações se alteram. Ao pensar sobre a autoria da obra, isso também se expressa: Rachel pôde construir sua narrativa pesquisando e escolhendo palavras, por ser letrada e estar em situação social privilegiada; as pessoas viventes da seca estavam preocupadas em sobreviver e isso as impedia de produzir histórias escritas, além da ausência de letramento; afinal, os relatos, que Rachel recolhe e utiliza para construir a ambientação de sua narrativa, são orais. Nesse sentido, seu romance é realista e social.

Os fios das autoras e de suas obras se entrelaçam tecendo um bordado atento ao *lôcus* da precariedade que categoriza os grupos sociais, os corpos vivos de pobres vítimas do esquecimento do poder público ou dos corpos mortos de pobres utilizados pela ciência. Apesar de modos bem diversos, ambas sinalizam a precarização de corpos como constructo social, político, econômico e cultural. Mary Shelley constrói sua narrativa através de discussões filosóficas; e Rachel de Queiroz mota sua narrativa por meio do resgate de uma “etnografia da fome”.

---

<sup>9</sup> Cf. Arruda (2011).



### 3 No fino fio da fome: Rachel de Queiroz e Carolina Maria de Jesus

Rachel de Queiroz registrou memórias do sofrimento da seca no sertão nordestino, pois foram relatos de experiências reais que deram o suporte para seus escritos ficcionais. Vivências e memórias de sofrimento são, também, registradas por Carolina Maria de Jesus, em seus diários que podem ser lidos, também, sob a perspectiva de uma “etnografia da fome”.

Desse modo, as autoras se aproximam pela abordagem de exclusões geográficas, tanto material quanto simbólica: em “O quinze”, a saída forçada do ambiente sertanejo rumo, ao acaso, à cidade de São Paulo, consolidada pelos ideários de urbanização e progresso; em “Quarto de despejo”, o relato da exclusão e sofrimento dentro do ambiente urbano da cidade de São Paulo. A mesma cidade é esperança e desalento, em “O quinze”, esperança de saciar a fome; em “Quarto de despejo”, o desalento da fome. Por Rachel de Queiroz, temos apontamentos de resistência e esperança de melhor condição de vida das personagens; por Carolina Maria de Jesus, encontramos apontamentos da crueldade da precarização da vida daqueles que sobrevivem afastados da confortabilidade urbana. O sertão de “O quinze” e a cidade de “Quarto de despejo” costurados por um órgão e uma sensação, neles, todas as diferenças entre esses dois lugares desmancham no ar: estômago e fome. Se o “sertão está em toda a parte”, como disse Guimarães Rosa (2021, p. 13), a fome também está.

O que as conecta são as respostas políticas às “ausências” das pessoas, que resultam em corpos famélicos e suas dores. A temática da fome, como resultado de exclusões, faz parte do desenvolvimento da literatura brasileira<sup>10</sup>, além de fazer parte do próprio desenvolvimento do país, como exposto, qualitativamente, por Josué de Castro<sup>11</sup>. Em ambas as autoras, há a desvinculação desse sofrimento humano biológico às concepções de fenômeno natural, seja pelos argumentos enraizados no evolucionismo social<sup>12</sup>; seja pelos argumentos de questões ambientais. A fome não resulta da ausência de esforço individual, como noções meritocráticas alegam, assim como não é uma questão apenas ambiental, nos romances analisados, fome é ausência de políticas públicas, resulta da exclusão social e econômica, a fome é uma questão

---

<sup>10</sup> Análise sobre essa abordagem pode ser encontrada em Schwarz (1983).

<sup>11</sup> Josué de Castro (1908-1973), autor de “Geografia da Fome” (1951), teve importante função para a compreensão da fome como um problema estrutural e consequentes formulações de políticas públicas e conscientização sobre questões relacionadas à saúde e ao desenvolvimento social na região Nordeste e no Brasil.

<sup>12</sup> O evolucionismo social advém da Escola Positivista, estruturada por Auguste Comte (1798 - 1857). Tal corrente transpôs a explicação darwiniana sobre a evolução biológica para as características culturais. Isso resultou em inúmeras distorções explicativas de existência de sociedades, culturas e indivíduos *atrasados* e inferiores a depender de suas organizações macrosociais ou pessoais. Tal teoria foi produzida, e é reproduzida, fincada em percepções etnocêntricas.

social (Netto, 2001). No caso do Nordeste brasileiro, Buckley (2021) afirma que o que constitui uma seca severa “depende mais do impacto humano do evento do que de qualquer medida hidrológica ou geográfica” (Buckley, 2017, p. 32).

A experiência do poder sofrer, no sentido de liberdade do “eu”, também é negada às vivências famélicas: Carolina Maria de Jesus distancia-se do desejo suicida em prol de cuidar de seus filhos; e Cordulina, personagem de “O quinze”, mal tem forças físicas para sofrer o luto por seus filhos e processar suas dores. Fica evidente, em ambas as obras, a contradição entre a chamada Razão de Estado, garantidor de direitos fundamentais, e as escolhas estatais, que causam e intensificam sofrimentos de determinados grupos, por meio de suas ações e omissões.

Não é à toa que paira sobre a maquinaria estatal uma névoa de abstração que envolve, também, a culpabilização. Os diversos discursos sociais, que se embrenham na defesa do sistema econômico capitalista, criam inúmeros elementos que disfarçam crenças como verdades, disseminadas no imaginário social. Por exemplo, a crença alçada à qualidade de verdade constitucional de que as garantias constitucionais garantem a universalização de oportunidades e que isso, por si, conduz à melhoria das condições de vida.

Mais de seis décadas após a publicação de “Quarto de despejo” e quase um século da publicação de “O quinze”, a fome no Brasil ainda atinge os corpos dos mesmos grupos vulnerabilizados em sua materialidade e construção cultural simbólica. Apesar de modificações, a depender dos governos<sup>13</sup>, é frágil a manutenção de progressão de igualdade, como os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAM) registraram em 2023: as pessoas que mais passam fome, em nosso país, são, considerando a tríade interseccional gênero-raça-classe, mulheres-negras-moradoras de favelas.

O objetivo da gestão do Estado, nas sociedades capitalistas, pode ser apreendido pelo conceito de necropolítica, cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. Ao abordar a soberania do Estado sob o objetivo da gestão da morte, Mbembe (2018) alerta para o fato do sofrimento humano causado pelas ausências de garantia estatal do mínimo existencial é estratégia para a manutenção de grupos em situações de vulnerabilidade, violência e morte. Portanto, a necessidade de contenção obrigatória dos desejos expostos em ambas as autoras,

---

<sup>13</sup> O Brasil passou as décadas de 1990 até 2010 buscando implementações estratégias de segurança alimentar e nutricional. Há uma década, o país saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), mas, recentemente, voltou. Uma figura importante que alertou para os reais problemas da fome foi o sociólogo Herbert de Souza (1935 – 1997), o Betinho.

seja o desejo de **comer** ou o desejo de **poder sofrer**, faz parte do *modus operandi* dos Estados Modernos, ainda mais em tempos neoliberais.

#### 4 Um nó: afinidade tecida entre Annie Ernaux e Carolina Maria de Jesus

Embora esse texto seja menos um esforço em encaixar cada uma das autoras em uma corrente feminista e, sim, mais uma reflexão sobre modos de pensar a intervenção da Ciência, dos Mercados, do Patriarcado e do Estado nos corpos, principalmente através de corpos generificados; não há como não pontuar o nó que liga e separa os Feminismos esboçados a partir de Annie Ernaux e Carolina Maria de Jesus.

A aproximação dessas autoras ocorre, principalmente, pelo método de escrita. A análise de registros em diários abre caminho à descolonização das compreensões sociológicas via uso de material íntimo e pessoal, longe daquela imparcialidade e objetividade tão almejadas pela ciência positivista, além ser um caminho alternativo aos materiais que centralizam em si conceitos teóricos sistemáticos produzidos, em suma, por autores homens (como biopolítica e necropolítica). São outras vias de refletir sobre o Estado e o Direito.

Carolina Maria de Jesus marca a literatura brasileira em um contexto no qual despontam vozes como as de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que denunciam a marginalização da vivência negra e reprodução do racismo dentro do movimento feminista, já que a base desse movimento social eram as reivindicações de mulheres europeias que consideravam apenas a realidade de mulheres brancas e de classes sociais mais privilegiadas. Durante as décadas de 1960 e 1970, destacam-se nas análises acadêmicas internacionais e nacionais, a definição de interseccionalidade e multiplicidade dos sofrimentos da opressão de gênero, a depender da classe social e da raça da mulher (Collins; Bilge, 2021).

Assim, enlaçadas na luta contra a opressão de gênero, mas distanciadas pela cor de pele, as autoras relatam ausências de suporte macrosocial, aspectos de disciplinarização e vivências de desesperos. Carolina Maria de Jesus, sem suporte macrosocial ou microsocial, disciplina-se ao optar por não se tornar delinquente (por exemplo, furtando alimentos), internalizando a docilização do corpo precarizado pelo Estado. Annie Ernaux, ciente da dificuldade da mutabilidade da desigualdade social às mães solteiras, rompe a docilização de seu corpo pelo Estado devido ao intenso desejo de liberdade de não ser mãe.

Annie enfrentou a agonia de buscar a interrupção de sua gravidez indesejada em uma sociedade que criminalizava tal escolha. Sua jornada foi marcada por barreiras simbólicas e materiais, erguidas coletivamente pelas estruturas de poder médico, jurídico e religioso que estigmatizavam sua decisão como desvio. A aliança entre a ciência médica e as arbitragens jurídicas é histórica, e ambas são tecnologias de disciplinarização de corpos que auxiliam na imposição do que é o Estado (Foucault, 2006), que se evidencia na negação dos desejos e extrapola seu evidente controle biopolítico e necropolítico<sup>14</sup>.

Nesse imbricamento entre lei e corpo, os diversos discursos que transversalizam as afirmações de finalidade de bem-estar dos indivíduos, como ocorre com o discurso médico sobre a gravidez e a manutenção do feto, são discursos generificados, pois o impacto da gravidez não desejada ocorre apenas nas vidas de mulheres, que a partir dos casos de abortos clandestinos são taxadas como transgressoras da lei apenas pela sua condição biológica de ser mulher desejante de uma escolha.

O conflito do saber jurídico contra a vontade das mulheres demonstra a banalização dos riscos de suas mortes, pois é muito alta a estimativa de abortos ocorridos de modo inseguro nos países que criminalizam o ato. Por essa perspectiva de controle estatal do corpo da mulher, violências, ora mais ora menos explícitas, ocorrem. A pessoa que carrega em si a marca de ter o sexo biológico denominado com características de “mulher” sofre constantemente pressões para que tenha determinados comportamentos – e, caso não performe de acordo com o estabelecido como padrão, passará por punições e ajustamentos. Porém, o relato de Annie Ernaux tem como foco o “descontrole” dos corpos; afinal, por mais controlada (moral, cultural, social e legalmente) que a personagem-autora estivesse, ela pôde encontrar fugas, comprovando os limites da eficiência buscada pelo controle dos corpos.

Em sua agência, Annie Ernaux manipulou elementos desorganizando minimamente as estruturas de controle; e ao se deparar com representantes do controle, cientes do ato de aborto (como o médico e sua colega religiosa O.), não há denúncia dos das ações dessa agente fugidia, o controle não precisa atuar de fato, ele precisa ser pressuposto, ele atua como um “risco de”: risco de ser presa, risco de morrer, risco de ser julgada pelos colegas de faculdade,

---

<sup>14</sup> A análise do “O acontecimento” mostra-nos o quanto o corpo da mulher grávida é material de disputa de instâncias de controle. Em relação aos atos médicos imbricados ao ente estatal, podemos perceber as imposições biopolíticas e necropolíticas ao considerar que os sofrimentos, além do gênero, têm classe social e raça: no Brasil, mulheres negras recebem ou menos quantidade de anestesia ou não há aplicação de anestesia em partos (Leal *et al.* 2017). E, ainda, mulheres com acesso à meios financeiros, em sua maioria brancas, podem realizar o aborto em países em que o ato é legal; mulheres sem tal acesso ou permanecem sob os riscos do aborto clandestino ou se conformam em viver desejos frustrados.

pela família *etc.* Diferente da famosa definição sociológica de Estado (Weber, 2014, pp. 90-91), os aparatos de controle não são apenas meio, na verdade, revelam-se mais afins ao controle como fim em si, pois as finalidades pretendidas pela criminalização não são alcançadas e sequer a punição precisa ocorrer de fato. Ao negar a liberdade de escolha às mulheres, em suas decisões de serem ou não mães, o Estado aprisiona-as em um ensimesmamento sofrido, psíquica e fisicamente.

Carolina Maria de Jesus sofre com a responsabilidade da criação dos filhos, que se dá à mãe por um aspecto social generificado em torno de noções de “papel feminino” e, por sua vez, por questões políticas e culturais. Esse compromisso é tão marcado na autora, que ela afirma não colocar um fim à sua vida apenas por conta de seus filhos, que necessitam diretamente do esforço dela.

Se enlaçarmos o diário de Carolina Maria de Jesus ao de Annie Ernaux, como um nós que une e separa, percebemos a contradição do Estado ocidental atual que fere os corpos vulneráveis no seu exercício de poder: primeiro, proíbe expressamente a interrupção da gravidez por escolha individual da mulher e, posteriormente, dificulta, de modo não-declarado oficial e constitucionalmente, direitos às crianças em vulnerabilidade (como a alimentação). As dores causadas pela tão propalada Razão de Estado às mulheres estão presentes nesses dois registros de escritas de si na produção literária.

## **5 Considerações finais: outros fiores**

A gestão da ausência está presente em todas as obras lidas e debatidas no Círculo de Leitura Penélope. Em “O acontecimento”, há um relato de ausência de proteção estatal à escolha individual e como a autora o geriu; em “O quinze” e “Quarto de despejo”, os personagens daquele e a personagem-autora desse são obrigados a viver sob a constante preocupação da ausência de garantia do mínimo existencial; em “Franksentein”, a autora viveu e tratou em sua obra o ideário de ausência de capacidade intelectual das mulheres e do sofrimento por conta da ausência do valor simbólico, esteticamente posto pela classe social, no corpo da criatura, cuja matéria-prima foram os cadáveres de pessoas pobres, consideradas indigentes.

Outros apontamentos de ausências são possíveis: Carolina Maria de Jesus tem ausência de pele branca e inserção urbana; a família de Chico Bento é despossuída de bens; Annie Ernaux, apesar de branca e letrada, tal como Mary Shelley, tem ausência de corpo

biológico hegemônico-masculino. Todas as ausências são resultantes de definições políticas e culturais, de raízes históricas e estruturais; O que não significa que sejam imutáveis, mas, justamente por não se tratar de aspectos ontológicos, são passíveis de transformação.

A ausência do poder de escolha em sociedades que tanto prezam por liberdade individual, tão disseminada pelos ideais iluministas, da época de Mary Shelley, apresenta incoerência. A escolha existe, mas não para as classes baixas, corpos negros e mulheres, considerando a interseccionalidade. Os direitos burgueses existem limitadamente, pois a liberdade é negada por condições materiais e simbólicas. Carolina Maria de Jesus e os “retirantes” retratados na obra de Rachel de Queiroz não tiveram a liberdade de escolher comer (ou o que comer); Annie Ernaux não teve a liberdade de escolher, legalmente, não ser mãe; a criatura de *Frankenstein* não teve a liberdade de escolher não-viver isoladamente e ter uma companheira.

A desigualdade de gênero circula em diversas esferas que compõem a sociedade e o Estado. No âmbito científico, como apontado pela análise da obra “Frankenstein”, naturaliza-se negações de direitos a depender do gênero e despersonaliza-se ações. Do mesmo modo ocorre no âmbito jurídico, como posto pela análise da obra “O acontecimento”, em que a naturalização de negações de direitos dissemina noções de justiça permeadas pelo falso discurso de despersonalização e marcadas pela biologização.

Todas as obras analisadas pontuam concepções sobre tecnologias de disciplinarização de corpos, que auxiliam na imposição das oficialidades do Estado e sua retroalimentação. Quando um Estado precariza vidas (como exposto nas análises de “Quarto de despejo”, “O quinze” e “Frankenstein”) e diz “o que é” e “o que não é” crime (como exposto na análise de “O acontecimento”), ele seleciona aqueles que serão o incômodo social ou, para fazer jus à Mary Shelley: o Estado “monstrifica” certos indivíduos. Na concepção moderna do termo *monstro*, a definição condiz àquele que deve ser perseguido para, então, ser destruído. “Monstro” é aquele de quem se corre ou contra quem corremos para matar; e é por essa lógica que podemos pensar em pânico morais consolidados com o aval do Direito e preconceitos interseccionais tão arraigados nas mentalidades.

Esse novelo de sonhos, direitos fundamentais, discursos de naturalização do sofrimento e neutralizadores de culpabilização estatal - que foram abordados nesse texto, de modo geral a partir do material literário analisado - constitui imbricamentos difíceis de analisar. Por isso, procuramos nesse texto esboçar alguns nós conceituais que revelam o potencial heurístico da análise de obras literárias escrita por mulheres, ainda que conscientes dos fios

soltos deixados para trás à espera de novas costuras. Como pesquisadores, somos cientes que o trabalho nunca termina.

### Referências

- ANDERS, G. Teses para a Era Atômica. **Sopro**: panfleto político-cultural, n. 87, abril/2013.
- ARRUDA, M. A. do N. Modernismo e regionalismo no Brasil Entre inovação e tradição. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2, 2011.
- BOURDIEU, P. Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Portugal: Diefel, 1989.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BUCKLEY, E. Clima e Cultura – Construindo a marginalidade do sertão no Brasil moderno. In: BUCKLEY, E. **Tecnocratas e a política da seca e desenvolvimento no Brasil do século XX**. Tradução de Cynthia Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**. 7. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993.
- COLLINS P. H. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como Teoria Social Crítica. Tradução de Bruna Barros. São Paulo: Boitempo, 2022.
- COLLINS P. H. **Intersecções letais**: raça, gênero e violência. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.
- COLLINS P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, P.H; BILGE, S. O movimento das mulheres negras no Brasil. In: KOLLONTAI, A. (org.). **Introdução ao pensamento feminista negro**. Por um Feminismo para os 99%. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ERNAUX, A. **O acontecimento**. Tradução de Isadora de Araújo Pontes. 1 ed. São Paulo: Ed. Fósforo, 2022.
- FAEDRICH, A. **Teorias da autoficção**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022.

FINE, C. **Testosterona Rex**: mitos de sexo, ciência e sociedade. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

FIQUEIREDO, E. **A nebulosa do autobiográfico**: vidas vividas, vidas escritas. Rio de Janeiro: Zouk, 2022.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 22 ed. São Paulo: Graal, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GOMES, A. M. de C. **Escrita de si, escrita da história**. São Paulo: Editora FGV, 2004.  
HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista**: Conceitos fundamentais. São Paulo: Bazar do Tempo, 2019.

HOMERO. **Odisseia**. 3ed. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2014.

JESUS, M. C. **Quarto de despejo**. *Diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KLINGER, D. **Escritas de si, escritas do outro**: o retorno do autor e a virada etnográfica. 4. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2024.

LAURISTEN, J. **The man who wrote Frankenstein**: Percy Bysshe Shelley. New York, Pagan Press, 2007.

LEAL, M. C.; GAMA, S. G. N.; PEREIRA, A. P. E.; PACHECO, V. E.; CARMO, C. N; SANTOS, R.V. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, 2017. DOI 10.1590/0102-311X00078816. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>. Acesso em 25 ago. 2024.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Tradução de Roberta Santini, São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISKOLCI, R. Frankenstein e o espectro do desejo. **Cadernos Pagu**, v. 37, jul.-dez., 2011, p. 299-322.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

QUEIROZ, R. **O quinze**. 122. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2023.

RAGO, M. **A aventura de contar-se**: Feminismos, Escrita de si e Invenções da Subjetividade. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

ROHDEN, F. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, ciências, saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, 2008.



ROSA, G. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

SCHWARS, R. **Os pobres na literatura brasileira**. Brasília: Editora Brasiliense, 1983.

SHELLEY, M. **Frankenstein**. Traduzido por Silvio Antunha. Jandira, SP: Principis, 2019.

VEIL, S. **Uma lei para a história: A legalização do aborto na França**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2018.

WEBER, Max. A política como vocação e profissão. In: WEBER, Max. **Escritos políticos**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Martins Fortes, 2014.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

## **Interpretations of the relationship between the State and the body in women's accounts and writings**

**Abstract:** This text deals with the approximation of works by four authors. Despite spatial and temporal distances and thematic approaches, they are analyzed from the perspective of their interests in portraying layers of human and social vulnerability. By relating writings by Annie Ernaux, Mary Shelley, Carolina Maria de Jesus and Rachel de Queiroz, the article presents reflections on the impact of social and cultural constructions on state choices and on the biological and social existence of individuals. The text contains philosophical and sociological analyses that consider the elements that orbit the condition of vulnerability, such as social markers of intersectionality. By considering the causes of inequalities portrayed in the authors' works, it was possible to reflect on other ways of understanding society, shaped by the exercise of state power, beyond the hegemonic theoretical understanding.

**Keywords:** Women writers; Diaries; Literature; Feminism; Gender; State.

Recebido em: 30 agosto 2024

Submetido em: 05 junho 2025